

## DE MÃOS DADAS COM O TERRITÓRIO: EXPERIÊNCIAS DE INTERSETORIALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sanny Maria Araújo teixeira Ramos<sup>1</sup>

Beatriz Alves Viana<sup>2</sup>

### RESUMO

Este relato apresenta uma experiência desenvolvida no Anexo de Educação Infantil ACAFI, da Escola de Educação Básica João Araújo Teixeira, no município de Itapipoca/CE. A proposta nasceu da escuta sensível à realidade das crianças, marcada por episódios de sofrimento emocional, situações de negligência e contextos de vulnerabilidade social. Diante desse cenário, a equipe pedagógica construiu coletivamente uma proposta de intervenção centrada na escuta ativa, no fortalecimento de vínculos afetivos e na articulação com a rede de proteção social do território. O objetivo da experiência foi fomentar práticas pedagógicas intersetoriais que assegurassem o cuidado integral às crianças da Educação Infantil, articulando o trabalho dos(as) profissionais da escola com os setores da saúde, assistência social, órgãos de proteção à infância, instituições da sociedade civil organizada, faculdades, igrejas e a comunidade escolar. Trata-se de uma experiência de gestão pedagógica que envolveu planejamento coletivo, reuniões com a rede intersetorial, escuta das professoras e acompanhamento de casos específicos, promovendo um processo de corresponsabilidade e empatia no cotidiano escolar. A base teórica que fundamenta a experiência narrada está prevista no ECA (1990), na Constituição Federal (1988) e na Resolução CNE nº 5/2009, e dialoga com os seguintes autores: Freire (2003; 2001), Atem (2015), Rosemberg (2009) e Winnicott (1999). A experiência assumiu a escuta ativa, os vínculos afetivos e a gestão pedagógica compartilhada como eixos de uma práxis intersetorial. Como resultados, observou-se o fortalecimento dos vínculos entre escola e famílias, maior fluidez no encaminhamento de demandas e a consolidação de uma cultura institucional pautada no cuidado e na proteção da infância. A experiência evidencia o potencial da escola pública como espaço de articulação intersetorial e destaca os efeitos formativos dessa prática na práxis docente e na ampliação da função social da Educação Infantil.

**Palavras-chave:** educação infantil; intersectorialidade; proteção integral; gestão pedagógica; território.

### 1. INTRODUÇÃO

Falar sobre desenvolvimento e aprendizagem na escola das infâncias requer um olhar cuidadoso e atento a singularidade do público da Educação Infantil, ao mesmo tempo que exige atenção a pluralidade de experiências e vivências que cada criança carrega consigo e que compartilha no ambiente escolar.

O presente artigo surgiu a partir do desejo de compartilhar experiências vivenciadas em

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [sannyramos14@gmail.com](mailto:sannyramos14@gmail.com).

<sup>2</sup> Orientadora. Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: [beatrizalves.viana@uece.br](mailto:beatrizalves.viana@uece.br).



um Anexo de Educação Infantil no município de Itapipoca-Ce desde 2022 com ênfase nas ações desenvolvidas no 2024, em parceria com o projeto de extensão da Universidade Estadual de Itapipoca/ Faculdade de Educação de Itapipoca- UECE/FACEDI, do curso de pedagogia, intitulado “Tecendo redes: A intersetorialidade no trabalho com crianças em grave sofrimento psíquico nos centros de Educação Infantil de Itapipoca/CE”, coordenado pela professora Beatriz Alves Viana.

A parceria surgiu, motivada pela necessidade de superar o momento de tensão vivido pelos profissionais da instituição, as famílias das crianças atendidas e as próprias crianças, considerando que a dificuldade em atender suas necessidades, gera sofrimento psíquico também naqueles que a acompanham, por vezes, sentem-se fracassados e desmotivados.

Na instituição, as ações em parceria com outros órgãos, instituições, programas e setores diretamente ligadas ao atendimento das crianças, vinha sendo prática desde o ano de 2022. Sobre tudo, o atendimento às crianças em estado de sofrimento psíquico, motivou a busca por novas instituições e parceiros que de forma direta, pudessem oferecer o suporte necessário para a equipe, famílias e crianças, no intuito de promover a inclusão de forma efetiva e eficaz.

O objetivo da experiência foi fomentar práticas pedagógicas intersetoriais que assegurassem o cuidado integral às crianças da Educação Infantil, articulando o trabalho dos(as) profissionais da escola com os setores da saúde, assistência social, órgãos de proteção à infância, instituições da sociedade civil organizada, faculdades, igrejas e a comunidade escolar. Trata-se de uma experiência que envolveu planejamento coletivo, reuniões com a rede intersetorial, escuta das professoras e acompanhamento de casos específicos, promovendo um processo de corresponsabilidade e empatia no cotidiano escolar.

Ciente de que o presente artigo não esgota o tema abordado, os escritos aqui presentes justificam-se pela necessidade de se debater essa temática nos espaços de educação Infantil, tanto como proposição para novas pesquisas na área, quanto para apresentar a urgência do trabalho intersetorial como alternativa para a inclusão de crianças com deficiência, favorecendo o desenvolvimento integral de crianças típicas e atípicas.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de campo, fundamentada no método da Pesquisa-Intervenção (Gerhard; Silveira, 2009; Thiollent, 2011). Essa abordagem rompe com



a noção de neutralidade e distanciamento do pesquisador, enfatizando o vínculo entre produção teórica e realidade social, bem como a construção simultânea do sujeito e do objeto de investigação (Rocha; Aguiar, 2003). No contexto educacional, tal método permite que a investigação se desenvolva de forma dialógica, comprometida com a transformação da realidade estudada (Minayo, 2001).

Como procedimentos metodológicos, foram adotadas estratégias participativas e colaborativas, tais como rodas de conversa, grupos focais, reuniões e encontros semanais com os participantes da pesquisa — professores e funcionários do Anexo ACAFI — além do acompanhamento da rotina escolar das crianças em atendimento. Realizaram-se visitas domiciliares às famílias do público-alvo e contatos com outros órgãos responsáveis pelo atendimento das crianças, incluindo unidades de saúde, agentes comunitários, médicos, assistentes sociais e demais profissionais envolvidos. A utilização dessas técnicas visa ampliar a compreensão do fenômeno estudado a partir de múltiplos olhares, valorizando a experiência dos sujeitos (Lüdke; André, 2013).

O projeto de extensão ocorreu entre março e dezembro de 2024, com encontros de duas horas semanais. No entanto, seu início pode ser situado já na primeira visita à UECE/FACEDI, em fevereiro do mesmo ano, quando a coordenadora do Anexo, professora Sanny, estabeleceu contato com a professora Beatriz — psicóloga, pesquisadora da primeira infância e docente do curso de Pedagogia —, formalizando o compromisso institucional com a formação de novos profissionais e, sobretudo, com a defesa de uma educação infantil inclusiva e plural.

Participaram diretamente oito estudantes de graduação em Pedagogia, sob orientação da professora coordenadora do projeto, juntamente com a coordenadora da instituição e famílias de crianças em situação de vulnerabilidade. A seleção dos casos foi definida coletivamente em reuniões da equipe escolar, priorizando os que apresentavam sinais mais graves de sofrimento psíquico, totalizando cinco crianças. As famílias foram convidadas a participar e informadas, em reunião, sobre os objetivos e procedimentos do projeto, em consonância com a ética em pesquisa (Brasil, 2012).

A atuação seguiu um viés interventivo, buscando construir estratégias em conjunto com os profissionais do Anexo/CEI para desenvolver práticas alinhadas às necessidades identificadas. As crianças e suas famílias foram acompanhadas de forma intersetorial, promovendo diálogo entre diferentes profissionais da rede de atendimento. A equipe de estudantes, acompanhada pela professora, realizou visitas domiciliares para conhecer a rotina



das crianças, o contexto familiar e a conjuntura social. Também foram realizadas visitas aos profissionais e instituições responsáveis pelo atendimento, fortalecendo os vínculos de cooperação.

As reuniões semanais entre a equipe do projeto, professores e funcionários possibilitaram socializar informações, planejar novas ações e, principalmente, ouvir demandas e expectativas do grupo. Essa escuta ativa e o diálogo intersetorial contribuíram para a compreensão das crianças em seus diferentes ambientes, favorecendo intervenções mais assertivas e contínuas, capazes de consolidar uma rede de cuidado e proteção comprometida com o desenvolvimento integral e a aprendizagem, reconhecendo a importância de cada experiência proposta.

Essa escolha metodológica dialoga diretamente com os marcos legais e documentos orientadores apresentados no referencial teórico, especialmente a perspectiva de desenvolvimento integral das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que apontam a necessidade de ações intersetoriais e práticas pedagógicas inclusivas. A adoção da pesquisa-intervenção se alinha, portanto, à compreensão freireana da educação como ato político e humanizador (Freire, 2001; 2003), bem como às reflexões de Rosenberg (2009) sobre a urgência de articular políticas e ações para garantir o desenvolvimento integral da criança. Além disso, a atenção às especificidades individuais e aos vínculos afetivos, enfatizados por Winnicott (1999), orientou a escolha por procedimentos metodológicos que privilegiam a escuta ativa, o diálogo intersetorial e o contato próximo com as famílias e demais agentes da rede de proteção social.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 Marcos legais e documentos orientadores da prática pedagógica na primeira infância.**

A compreensão da experiência relatada exige um retorno aos principais marcos legais e às políticas públicas que estruturam a Educação Infantil e a inclusão no Brasil. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito social e dever do Estado, assegurando às crianças de 0 a 5 anos o atendimento em creches e pré-escolas. Esse princípio foi reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) e aprofundado pela Lei



de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), que incorporou a Educação Infantil à Educação Básica, superando o caráter assistencialista e unificando as dimensões do cuidar e educar.

Em 2009, a Resolução CNE/CEB nº 5 fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), que definem a criança como sujeito histórico e de direitos, construtor de cultura e identidade nas interações e experiências vivenciadas. No campo da inclusão, a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015) e a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) garantem o acesso e a permanência de crianças com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino, em igualdade de condições.

No contexto cearense, políticas públicas reforçam a abordagem intersetorial na atenção à primeira infância, com destaque para o Programa Mais Infância Ceará (2015), que incorporou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, promovendo ações integradas entre saúde, educação e assistência social. Em 2016, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) reconheceu os primeiros mil dias de vida como período crucial para o desenvolvimento neurológico, cognitivo, psicomotor e emocional, orientando estados e municípios na elaboração de planos intersetoriais. Em Itapipoca, o Plano Municipal da Primeira Infância segue as diretrizes do Plano Nacional (PNPI), priorizando a integração de serviços e a complementaridade de ações, sem sobreposição de funções.

Esse conjunto de marcos legais e diretrizes não apenas orienta, mas também impõe às instituições o compromisso de assegurar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças. Nesse contexto, a prática intersetorial deixa de ser uma escolha opcional para se constituir como uma resposta necessária às exigências legais e às demandas concretas da infância. Criar possibilidades para o pleno desenvolvimento das crianças, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade, é uma urgência que ultrapassa os limites da ação pedagógica isolada. A intersetorialidade, ao articular educação, saúde, assistência social e demais setores, emerge como caminho viável para efetivar os direitos previstos em lei e garantir que a escola pública cumpra sua função social de forma ampla e inclusiva.

### **3.2 Diálogo teórico: O desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos e 11 meses**

A construção desta experiência também se sustenta no diálogo com autores que refletem sobre a infância, a educação e a inclusão como práticas sociais transformadoras. Freire (2001;



2003) contribui com a compreensão da educação como ato político e humanizador, enfatizando a escuta ativa e a construção coletiva do conhecimento como elementos fundantes da prática docente. Atem (2015) destaca a necessidade de abordagens intersetoriais que articulem políticas e ações em benefício do desenvolvimento integral das crianças. Rosemberg (2009) problematiza a persistência de desigualdades na oferta de Educação Infantil e defende políticas públicas que garantam acesso e qualidade para todas as crianças, independentemente de sua condição social ou física.

Nesse mesmo horizonte, Winnicott (1999) auxilia na compreensão das diferentes necessidades das crianças: aquelas que se desenvolvem plenamente a partir das oportunidades oferecidas, as que dependem da escola para suprir carências não atendidas no ambiente familiar e as intermediárias, que se beneficiam de ambos os espaços. Essa perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas que valorizem vínculos afetivos, respondam às especificidades individuais e reconheçam a criança como sujeito de direitos. Assim, o referencial teórico não apenas fundamenta, mas também orienta a experiência narrada, em consonância com a proposta intersetorial e com a função social da escola pública como espaço de proteção integral.

#### **4. O CHÃO DA CRECHE: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

O cenário desta experiência foi o Anexo de Educação Infantil da Escola de Educação Básica João Araújo Teixeira, localizado em uma comunidade periférica do município de Itapipoca/CE. Instalado nas dependências da Associação Comunitária de Assistência à Família (ACAFI), o anexo funciona graças a uma parceria entre a ONG e a prefeitura, que possibilita o uso de salas de referência e espaços coletivos para a oferta de creche e pré-escola. Essa colaboração também amplia o leque de oportunidades oferecidas às crianças, integrando atividades como música, dança, arte e artes marciais ao cotidiano escolar. O anexo leva o mesmo nome da ONG, Anexo ACAFI.

Atendendo 160 crianças de 3 a 5 anos, distribuídas em dez turmas nos turnos manhã e tarde, o anexo recebe um público marcado pela diversidade e por desafios significativos. Entre os matriculados, há crianças com deficiências, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA), baixa visão e aquelas cujo sofrimento psíquico ainda não possui diagnóstico, mas se manifesta em episódios de



desorganização, agitação motora, choro e agressividade. A análise das fichas de matrícula revela que muitas famílias vivem em situação de extrema vulnerabilidade social, com a renda familiar frequentemente restrita ao benefício do Bolsa Família.

Esse quadro reflete dados nacionais e regionais preocupantes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, 46,2% das crianças brasileiras menores de 14 anos viviam abaixo da linha de pobreza. Em 2022, esse percentual aumentou para 49,1%, revelando o agravamento das condições de vida da infância no país. Já em 2023, embora o IBGE aponte uma queda na taxa geral de pobreza da população brasileira — de 31,6% para 27,4%, e da extrema pobreza de 5,9% para 4,4% —, a desigualdade social continua impactando de forma mais intensa as crianças, especialmente na Região Nordeste. No Ceará, o cenário mantém-se crítico: o estado ocupa o quarto lugar em índice de extrema pobreza e o terceiro em proporção de pessoas em situação de pobreza, sendo que, em 2022, metade da população vivia com menos de R\$ 644 mensais.

Nesse contexto, a realidade das famílias atendidas ecoa as observações de Rosemberg (2009) sobre pais e mães de crianças pequenas que lutam para garantir a sobrevivência dos filhos sem recursos, tempo e apoio adequados, em meio à carência de políticas sociais efetivas. Foi nesse chão, com demandas múltiplas e urgentes, que se consolidou o entendimento de que a ação pedagógica isolada não seria suficiente.

Tornou-se imprescindível buscar parcerias e articular-se com a rede de proteção social, alinhando-se à perspectiva do desenvolvimento integral proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), que reconhecem a criança como sujeito histórico e de direitos, capaz de construir identidade, cultura e sentido nas interações cotidianas.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência desenvolvida no Anexo de Educação Infantil ACAFI, em parceria com o projeto de extensão da UECE/FACEDI, possibilitou a construção de um espaço de articulação efetiva entre escola, famílias, comunidade e rede intersetorial de proteção à infância. Ao longo de 2024, ações desenvolvidas favoreceram o fortalecimento dos vínculos com as famílias, permitindo uma compreensão mais ampla do contexto social e cultural de cada criança e consolidando a confiança no trabalho da instituição.



A aproximação com setores da saúde, assistência social, órgãos de proteção, instituições da sociedade civil e comunidade escolar ampliou a capacidade de resposta às demandas das crianças em sofrimento psíquico, promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas e adaptadas às necessidades individuais. O diálogo constante entre profissionais da escola, graduandos e docentes envolvidos no projeto proporcionou formação continuada à equipe, gerando partilha de saberes e reflexões coletivas sobre a prática docente. Como resultado, observou-se uma ampliação da atenção integral às crianças, contemplando dimensões físicas, emocionais e sociais, e a redução de episódios de crise e comportamentos disruptivos, atribuída à implementação de estratégias conjuntas entre escola, família e rede de atendimento.

Esses resultados confirmam a pertinência de se adotar a pesquisa-intervenção como metodologia para lidar com situações complexas na Educação Infantil. Conforme defendem Gerhardt e Silveira (2009) e Thiollent (2011), esse método permite que soluções sejam construídas a partir da realidade concreta, integrando sujeitos e contextos em um processo colaborativo. No caso desta experiência, a prática intersetorial se mostrou coerente com a concepção freireana de educação como ato político e humanizador (Freire, 2001; 2003), que valoriza a escuta, o diálogo e a participação coletiva na tomada de decisões.

O fortalecimento do trabalho em rede também aponta a intersetorialidade como condição essencial para o desenvolvimento integral das crianças, e superação das desigualdades estruturais por meio de políticas e práticas inclusivas. A dimensão afetiva presente nas interações, permitiu reconhecer a importância de vínculos seguros e ambientes estáveis para o desenvolvimento saudável.

Entretanto, a experiência também revelou limites: a dependência de parcerias externas, a rotatividade de profissionais nos serviços públicos e a escassez de recursos materiais e humanos podem comprometer a continuidade e a efetividade das ações. Tais desafios reforçam a necessidade de institucionalizar práticas intersetoriais nos planos de trabalho das escolas e nas políticas municipais, assegurando sua permanência para além de projetos e iniciativas pontuais. Ainda assim, o percurso trilhado demonstra que a integração entre diferentes áreas do conhecimento e políticas públicas amplia significativamente as possibilidades de aprendizagem, cuidado e proteção, reafirmando a escola como espaço de desenvolvimento integral e de efetivação dos direitos da criança.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidenciou que a intersetorialidade, quando incorporada ao cotidiano escolar de forma planejada e participativa, constitui um caminho concreto para a efetivação dos direitos da criança previstos nos marcos legais brasileiros. O trabalho desenvolvido no Anexo de Educação Infantil ACAFI demonstrou que a integração entre educação, saúde, assistência social e demais setores da rede de proteção potencializa o atendimento às necessidades das crianças, especialmente àquelas em sofrimento psíquico, ao mesmo tempo que fortalece vínculos com famílias e comunidade.

Ao adotar a pesquisa-intervenção como metodologia, foi possível construir estratégias a partir da realidade vivida, em um movimento de escuta ativa, corresponsabilidade e diálogo entre diferentes saberes. Essa abordagem mostrou-se alinhada à concepção de educação humanizadora de Freire, à importância dos vínculos afetivos apontada por Winnicott e à defesa de políticas inclusivas preconizada por e Rosemberg, confirmando a necessidade de práticas que superem a fragmentação dos serviços públicos.

Embora os resultados alcançados sejam expressivos, os desafios identificados — como a dependência de parcerias externas, a rotatividade de profissionais e a limitação de recursos — reforçam a urgência de institucionalizar ações intersetoriais nas políticas educacionais e nos planos de trabalho das escolas. Tal institucionalização é condição para que as práticas exitosas não fiquem restritas a projetos temporários, mas se consolidem como política permanente de cuidado e educação integral.

Por fim, esta experiência aponta para a relevância de ampliar o debate sobre intersetorialidade na Educação Infantil, estimulando novas pesquisas e iniciativas que considerem as especificidades de contextos marcados pela vulnerabilidade social. O fortalecimento de redes de apoio, o investimento na formação continuada dos profissionais e a valorização da participação das famílias são elementos indispensáveis para que a escola pública continue cumprindo sua função social de forma plena, inclusiva e transformadora.

## 7. AGRADECIMENTOS

Agradecemos à equipe do projeto de extensão “Tecendo redes: A intersetorialidade no trabalho com crianças em grave sofrimento psíquico nos Centros de Educação Infantil de



Itapipoca/CE”, da Universidade Estadual do Ceará – Faculdade de Educação de Itapipoca (UECE/FACEDI), pela parceria, dedicação e comprometimento com a causa da Educação Infantil inclusiva e intersetorial. Nosso reconhecimento especial à professora coordenadora, Beatriz Alves Viana, aos estudantes de Pedagogia e aos profissionais do Anexo ACAFI, que, com sensibilidade e compromisso, contribuíram para transformar a realidade de nossas crianças e fortalecer o trabalho coletivo na construção de uma rede de cuidado e proteção.

## 8. REFERÊNCIAS

ATEM, E. *Com que diferenças se fazem adultos e crianças na escola: uma analítica das posições discursivas pela ótica da fronteira e da experimentação*. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

BAPTISTA, C. R. et al. *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. *Fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Seção 1, p. 18. Disponível em: [http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005\\_2009.pdf](http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf). Acesso em: 27 fev. 2022.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. *E-Mosaicos*, v. 7, p. 3-25, 2019.

FARIAS, R.; MORÉ, C. O. O. Repercussões da gravidez em adolescentes de 10 a 14 anos em



contexto de vulnerabilidade social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 25, n. 3, p. 596-604, 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. *Política e educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IBGE. *Brasil atinge menor nível de pobreza em 2023*. IBGE Educa, Rio de Janeiro, 19 dez. 2024. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/22544-brasil-atinge-menor-nivel-de-pobreza-em-2023.html>. Acesso em: 13 ago. 2025.

IBGE. *Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021*. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>. Acesso em: 13 ago. 2025.

IBGE. *Pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012*. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 13 ago. 2025.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROCHA, S. M.; AGUIAR, W. M. J. *Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. Psicologia da Educação*, São Paulo, v. 17, p. 59-76, 2003.

ROSEMBERG, F. A criança pequena na agenda de políticas para a infância: representações e tensões. In: PALACIOS, J.; CASTÑEDA, E. (orgs.). *A primeira infância (0 a 6 anos) e seu futuro*. Madri: Fundação Santillana, 2009. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br>. Acesso em: 5 fev. 2022.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WINNICOTT, D. W. A criança e a família. In: WINNICOTT, D. W. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

